

## **Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste**

**João Policarpo Rodrigues Lima**

\* *Professor Adjunto 4 do Departamento de Economia /PIMES da Universidade Federal de Pernambuco(UFPE).*

\* *Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).*

---

### **Resumo**

Este trabalho propõe-se a estudar a evolução do comportamento da economia do Nordeste ao longo dos anos 1990, tendo em conta os setores e segmentos da economia, tanto em nível macrorregional como estadual. Além disso, procura avaliar os efeitos dessas transformações sobre as exportações e sobre o mercado de trabalho, enfocando as tendências principais até aqui detectadas do emprego e dos salários. Constata-se redução na dinâmica de crescimento, embora em sintonia com a estagnação na economia brasileira. No caso do Nordeste, chama a atenção a tendência de perda de dinamismo na indústria de transformação e a maior importância do segmento de construção e do setor terciário como fontes de crescimento. Tais tendências são observadas na maioria dos estados nordestinos, embora em alguns deles a indústria de transformação ainda mostre algum destaque, exatamente no Ceará e no Rio Grande do Norte, que vêm apresentando maiores taxas de crescimento no conjunto da Região. Por outro lado, o setor exportador nordestino mantém-se com uma performance acanhada, carente de atenções dos formuladores de políticas. O mercado de trabalho vem apresentando maior exposição à informalidade com precarização das relações assalariadas e mesmo com a tendência de expansão do desemprego aberto acima da observada em outras regiões brasileiras.

---

### **Palavras-chave:**

Nordeste do Brasil; Evolução da Economia; Mercado de Trabalho; Exportações.

## 1 – INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos 1990 a economia brasileira empreendeu mudanças significativas de rota e de estratégia nas quais se incluem a abertura comercial, o encolhimento do papel do Estado e das políticas intervencionistas, a estabilização de preços e o gradativo império dos conceitos de estabilidade, com prioridade para as metas inflacionárias. Isso, mesmo que às custas de taxas de crescimento absolutamente raquíticas. Do ponto de vista regional, alguns aspectos também roubaram a cena: agonia e morte dos órgãos de desenvolvimento regional (Sudene/Sudam) face aos questionamentos acerca da efetividade da política regional adotada desde os anos 1960, bem como por acusações de mau uso dos recursos públicos envolvidos; guerra fiscal de incentivos estaduais na tentativa de atrair novos empreendimentos industriais, principalmente; mudança dos padrões tecnológicos e capacidade regional diferenciada de adaptação aos novos requerimentos de qualificação de mão-de-obra; diferenciais de salários e atração de investimentos em indústrias mais utilizadoras de mão-de-obra, gerando alguma competitividade espúria nas regiões menos desenvolvidas do País etc.

Sobre o desempenho da economia brasileira e sobre as tendências regionais mais gerais do processo produtivo, muito já foi discutido e especulado na literatura econômica pertinente, porém sobre os impactos regionais mais localizados de tais mudanças ainda há muito a examinar. Isso, no intuito de tentar desvendar os principais efeitos das mesmas no interior das regiões periféricas. Nesse sentido, este trabalho propõe-se a estudar a evolução do comportamento da economia do Nordeste ao longo dos anos 1990, tendo em conta os setores e segmentos da economia, tanto da macrorregião quanto estados. Além disso, procura avaliar os efeitos dessas transformações sobre as exportações e sobre o mercado de trabalho, enfocando as tendências principais até aqui detectadas do emprego e dos salários.

Como é sabido, a economia do Nordeste apresenta disparidades expressivas em termos de renda *per capita* em relação à média do País. Concen-

trando quase 30% da população do Brasil, sua participação no PIB nacional não passava de cerca de 16,0% em 1998. Conseqüentemente, o PIB *per capita* do Nordeste em 1998 atingia apenas o patamar de 56,1% do respectivo PIB nacional (Sudene, 1999). Além disso, a desvantagem no produto *per capita* é acrescida por uma distribuição de renda regional ainda pior que a média do País. Efetivamente, enquanto em 1997 o coeficiente de Gini era de 0,58 para o Brasil, no Nordeste chegava a 0,60 (no Sul era de 0,54)<sup>1</sup>.

Esses indicadores, portanto, resumem uma situação econômica muito pouco satisfatória, em termos de renda *per capita* e de distribuição, mesmo se comparada com a também insatisfatória condição média da economia brasileira.

Não obstante, vale observar que os parâmetros básicos da economia nordestina vêm, embora lentamente e aquém do desejável, apresentando melhoras. Nas últimas décadas a participação do PIB *per capita* do Nordeste no PIB *per capita* do Brasil cresceu de 41,8% para 56,1% entre 1960 e 1999. Em parte, pelo menos, isto resulta de um crescimento econômico relativamente mais rápido experimentado pela economia nordestina nas últimas três décadas (Tabela 1), para o que muito concorreram as políticas regionais implementadas pela Sudene.

Vale observar também que, ao longo do período acima citado, a economia da Região alterou-se estruturalmente. Ou seja, reduziu-se bastante, de 30,9% para 9,1%, o peso relativo das atividades agropecuárias e cresceu significativamente a participação da indústria e dos serviços (Tabela 2).

Na verdade, o maior crescimento foi observado no setor terciário, onde se localizam quase dois terços do PIB regional. É também verdade que esse peso maior do setor serviços resulta de um conjunto bastante heterogêneo de atividades, onde estão presentes níveis diferentes de produtividade, muitas

<sup>1</sup> O índice de Gini mede o grau de concentração da distribuição de renda e quanto mais próximo de 1,0 estiver mais concentrada é a distribuição.

vezes dentro do mesmo segmento. Embora a heterogeneidade seja também característica das economias menos desenvolvidas, no caso do Nordeste, periferia da periferia, ela se acentua e se difunde com os processos de crescimento e modernização que atingem de forma parcial e bastante diferenciada espaços e segmentos produtivos regionais. Nos últimos anos, com a abertura da economia brasileira essas diferenciações tendem a se exacerbar. Conforme dito acima, tendo em conta esse pano de fundo, este trabalho, ao examinar algumas das transformações em curso na macrorregião e em seus estados, tenta identificar algumas tendências setoriais que poderão ajudar na formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento da região. Antes disso, contudo, façamos uma rápida incursão sobre o processo de integração da economia nordestina no espaço econômico do país, o que tinha como orientação o modelo de substituição de importações que prevaleceu até os anos 1980 no Brasil.

## 2 – BREVE RETROSPECTIVA DA EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A dinâmica econômica das regiões brasileiras vem sendo caracterizada pela diferenciação e hierarquização de espaços e atividades, num processo

já de há muito em construção, em que a expansão industrial e suas ondas de investimento desempenharam um papel principal.

Um dos momentos marcantes para a conformação do espaço econômico nacional foi, como se sabe, o vivido na montagem da indústria pesada, após a segunda metade dos anos 1950. Contando com o suporte estratégico e decisivo do Estado, na montagem da infra-estrutura e na produção de bens intermediários, a indústria ampliou-se significativamente, tendo à frente os segmentos de bens duráveis, espalhando-se pela metal-mecânica, bens intermediários e bens de capital. A Região Metropolitana de São Paulo foi o seu espaço privilegiado. Deste processo, marcado pela exacerbada concentração espacial, resultaram mudanças na regionalização produtiva associadas à formação e consolidação do mercado nacional em curso desde o início do século XX sob o comando do capital comercial. Uma vez instalada a indústria pesada no Sudeste, particularmente em São Paulo, as regiões periféricas, num primeiro momento, experimentam e sofrem efeitos da concorrência de produtos industrializados. Depois, passam as mesmas a receber de forma gradativa transferências de capitais produtivos, que concorrem para ampliar as relações

**Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1960-99**

Período	Nordeste Taxa (%)	Brasil Taxa (%)
1960-70	3,5	6,1
1970-80	8,7	8,6
1980-90	3,3	1,6
1990-1999(1)	3,0	2,5

Fonte: FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DCNA – Brasil

Sudene/Contas Regionais – Nordeste. (1)Dados Preliminares

**Tabela 2 – Participação do PIB Setorial no PIB Global da Região Nordeste – 1960/1988 (%)**

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviço	Total
1960	30,5	22,1	47,4	100,0
1980	17,3	29,3	53,4	100,0
1999(1)	9,7	26,0	64,3	100,0

Fonte: Sudene/Contas Regionais (1)Dados preliminares

de trabalho típicas do capitalismo e para destruir segmentos e frações capitalistas não preparadas para conviver com tal situação.

Com isso, em função da disponibilidade de recursos naturais e energéticos bem como de políticas de desenvolvimento regional, observa-se o espraiamento de investimentos na indústria, os quais levam a uma menor concentração, mas implicam também a ampliação de características regionais específicas, alinhadas brevemente a seguir.

Assim, ao longo das décadas de 1960 e 1970, especialmente nesta última, passa-se a observar no Brasil uma certa desconcentração de atividades industriais em que se forja uma integração complementar, com especializações significativas em alguns segmentos nas regiões Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

Entre outros exemplos, pode-se destacar o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e a Cloroquímica em Sergipe e Alagoas, além da indústria nordestina que cresceu sob a sombra dos incentivos fiscais; a siderurgia e papel-celulose no Espírito Santo e em Minas Gerais, além da automobilística nesse segundo; e a Zona Franca de Manaus e Carajás no Norte. (CANUTO, 2001, p. 107).

Esse novo recorte da indústria com tendência à especialização também pode ser notado no Sul através da metal-mecânica mais dedicada à produção de equipamentos agrícolas, das indústrias de calçados e têxteis, principalmente, numa clara conexão com a base agropecuária ali desenvolvida.

No caso do Nordeste, a especialização atingiu níveis notáveis, tendo a indústria de bens intermediários, especialmente a química/petroquímica, ampliado muito seu peso na base industrial. Com isso, em 1985 a indústria de bens intermediários chegou a ter quase 50% do VTI na região, secundada pelo segmento de não duráveis (LIMA, 1998). Definiam-se assim nesses dois segmentos, cuja dinâmica em última instância era dada pelos segmentos de bens de consumo durável e de capital localizados majoritariamente no Sudeste, o espaço da indústria nor-

destina, aberto no bojo da industrialização pesada e na integração econômica do país. Isso, levando em conta o modelo então adotado, onde a substituição de importações constituía o núcleo do dinamismo, a qual, por sua vez, repousava na manutenção de fortes barreiras às importações de produtos industrializados.

Nos anos 1980, assiste-se a uma lenta agonia do modelo de substituição de importações, quando a dívida externa e a sua manifestação interna, substanciada no elevado endividamento do setor público, levou à crise, principalmente, dos investimentos. Além disso, aspectos intrínsecos ao modelo substitutivo adotado (característica *rent-seeking behaviour* privilegiada em lugar do *eficiency-seeking behaviour*<sup>2</sup>) terminam levando a mudanças de fundo no modelo, sintetizadas na abertura comercial e financeira. Para isso, obviamente, também concorreram fatores externos e tendências inerentes ao capitalismo em âmbito mundial sintetizadas na chamada globalização<sup>3</sup>.

Em termos regionais, vale observar, conforme Canuto (2001), que se esgotara a fonte indutora de expansão de espaços regionais integrados, face aos requerimentos, para novas inversões, de tecnologia e de tamanho mínimo de plantas “cuja viabilidade só seria pensável em alguns poucos países desenvolvidos, e, em geral, para vendas em escala mundial” (Op. Cit., p. 109).

<sup>2</sup> Em geral, o nível de eficiência produtiva e de avanço tecnológico foi pouco enfatizado na industrialização substitutiva em vista de fatos como os baixos salários vigentes, junto do excedente de mão-de-obra, e da elevada redução da concorrência via barreiras protecionistas. Assim, o comportamento rentista foi privilegiado e manteve-se reduzido o dinamismo tecnológico endógeno com baixo nível de competitividade externa. Com isso impediu-se um novo ciclo de dinamismo, que poderia ter sido induzido pelo *drive* exportador dos anos 1980 (CANUTO, 2001).

<sup>3</sup> Vale lembrar que a crise externa e a crise fiscal a ela associada, praticamente inviabilizam a outra fonte de financiamento de investimentos, ou seja, o influxo de capital externo, além de deteriorar a infra-estrutura e as empresas estatais e provocar inflação explosiva. Os elevados juros vigentes exigidos para o financiamento da dívida pública, por sua vez, também levaram os investidores privados a preferirem manter ativos líquidos, reduzindo ao mínimo os investimentos produtivos.

Os anos 1990, marcados pela abertura comercial e pelas reformas liberais, presenciaram transformações estruturais no modelo de desenvolvimento, afetando, principalmente, o padrão tecnológico, o papel do Estado, o nível absoluto e o coeficiente de importações, o mercado de trabalho e o volume de empregos gerados. No novo ambiente observam-se reestruturações produtivas em setores diversos da indústria que levaram à menor diversificação de segmentos e de linhas de produtos, não compensadas nos segmentos remanescentes.<sup>4</sup>

Disso resultou uma estrutura produtiva com maior produtividade e mais competitiva, porém com maior participação de componentes importados, com menor volume de emprego e maior dependência tecnológica e do financiamento externo e elevado índice de desnacionalização. Do ponto de vista macroeconômico, tal modelo levou à maior vulnerabilidade em relação aos fluxos internacionais de capitais e a uma elevação exponencial da dívida pública interna, exigindo elevados superávits primários para a continuidade de seu financiamento pelo setor privado. Além disso, observou-se o desmonte da capacidade de intervenção do Estado, a privatização e a desregulamentação de atividades econômicas. Com isso, aprofunda-se a fragilidade do Estado e este perde fôlego e capacidade de influir no desenvolvimento econômico como agente direto e indireto de investimentos.

No plano regional algumas transformações de fundo também se fizeram sentir. Aqui, no entanto, não se tem ainda um volume suficiente de evidências para avaliar as tendências principais. Um fato *a priori* ameaçador seria a destruição ou diminuição das especializações produtivas construídas enquanto vigorou a substituição de importações. No caso do Nordeste, a abertura e o maior recurso a fornecedores externos levantam dúvidas sobre a sobrevi-

vência e expansão da indústria de bens intermediários, enquanto a perda de comando do Estado e das políticas regionais suscita questionamentos sobre a continuidade de investimentos industriais nos segmentos de não-duráveis. Note-se que a vulnerabilidade do segmento de bens intermediários é indicada pela redução mais acentuada para estes bens das tarifas de importação, ficando os bens finais, duráveis principalmente, com tarifas mais elevadas (LIMA, 1998).

Tais preocupações já levaram à realização de alguns estudos e vários analistas têm-se perguntado sobre as tendências da desconcentração espacial, sobre as economias e deseconomias de aglomeração, novos fatores locacionais e encadeamentos intersetoriais da malha produtiva. Com isso busca-se entender as repercussões do novo ambiente sobre a complementaridade inter-regional e sobre as próprias possibilidades de adensamento das malhas produtivas intra-região que eram esperadas nos desdobramentos do paradigma anterior. Algumas avaliações pessimistas vêm sendo divulgadas apontando para tendências de reconcentração produtiva no Sul/Sudeste (DINIZ e CROCCO, 1995), bem como para a possibilidade de fragmentação e retorno à maior articulação das regiões com o resto do mundo e com a globalização (ARAÚJO, 1997; PACHECO, 1998).

Apesar dessas análises de tons sombrios alguns fatores novos surgem no cenário regional com a transferência de unidades industriais têxteis e de calçados e de uma montadora de automóveis para o Nordeste e com a própria manutenção dos segmentos mais representativos da indústria de bens intermediários. Mesmo assim, não se deve esquecer que as transformações mais estruturais acima mencionadas na economia brasileira e no papel do Estado deixaram sua marca na economia nordestina. Conforme será visto a seguir, a indústria de transformação perdeu força, relativamente a outros segmentos industriais, como fonte de dinamismo na Região como um todo e também na maioria dos seus estados, quando observados de *per se*. Além disso, nota-se no mercado de trabalho indícios significativos de precarização tanto de condições sala-

<sup>4</sup> O ajuste pegou mais em cheio os bens de capital e intermediários (metal-mecânica, petroquímica e metalurgia), além dos não-duráveis, estes em franca desvantagem competitiva diante de produtores asiáticos. Ajustes posteriores, vale lembrar, via investimentos modernizantes, conferiram maior competitividade à indústria, notadamente aos não-duráveis.

riais quanto de proteção legal, além de uma dificuldade ainda forte para um maior envolvimento da economia da Região com o mercado externo. Isso será melhor observado nas seções seguintes.

### 3 – OS RUMOS SETORIAIS DA ECONOMIA DO NORDESTE NOS ANOS 1990

Apesar dos problemas e dificuldades, relativamente conhecidos, a economia nordestina tem demonstrado nas últimas décadas ser possuidora de algum dinamismo endógeno. O fato de ter crescido à frente da economia brasileira ao longo do período 1970-99 mostra essa capacidade de crescimento, tanto em períodos de alto quanto de baixo crescimento do conjunto da economia nacional (TABELA 1).

Diante disso, cabe aqui tentar investigar com algum detalhe o desempenho dos vários segmentos

constitutivos da base econômica da Região, tentando assim identificar aqueles mais e menos dinâmicos. A Tabela 3 exibe dados interessantes a esse respeito, mostrando, por setor e por segmentos mais agregados, as taxas médias de crescimento anual no período 1970/99.

Como pode ser facilmente percebido, ao longo de três décadas a taxa de crescimento da economia nordestina experimenta forte desaceleração, fato bastante conhecido e associado às mudanças mais gerais da economia brasileira. Setorialmente, a agropecuária experimenta a maior mudança, saindo de uma taxa de crescimento de 5,4% ao ano entre 1970 e 1980 para -1,6% ao ano nos anos 1990/99 (1,5% ao ano nos anos 1980/90). Cabe aqui observar que, em parte, pelo menos, esse desempenho negativo resulta de reveses climáticos observados nos anos 1990 em função do fenômeno *El Niño*, principalmente em 1993/94 e 1998/99. Independente disso deve-se ter em conta que o setor

**Tabela 3 – Região Nordeste do Brasil – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Setorial e por Atividade Econômica – 1970-99**

ATIVIDADE ECONÔMICA	1970-80	1980-90	1990-99
<b>SETOR AGROPECUÁRIO</b>	<b>5,4</b>	<b>1,5</b>	<b>-1,6</b>
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	5,4	1,5	-1,6
<b>SETOR INDUSTRIAL</b>	<b>9,1</b>	<b>1,0</b>	<b>4,0</b>
Indústria Extrativa Mineral	1,3	6,0	-0,1
Indústria de Transformação	10,8	-1,6	1,2
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	13,5	7,0	4,7
Energia Elétrica	14,7	7,6	5,0
Abastecimento de Água	8,7	5,0	3,5
Construção	8,4	3,0	7,9
<b>SETOR SERVIÇOS</b>	<b>10,2</b>	<b>4,6</b>	<b>3,5</b>
Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagem)	12,8	1,7	3,7
Transportes, Armazenagem e Comunicações	6,0	7,2	7,9
Transporte Rodoviário	6,0	3,3	0,1
Transporte Ferroviário	8,2	-2,8	3,7
Transporte Aéreo	13,9	5,3	3,8
Transporte Marítimo	4,5	1,9	0,9
Comunicações	5,0	12,0	9,7
Atividades Financeiras	16,2	4,8	3,9
Bens Imóveis	11,3	8,4	4,8
Administração Pública	7,8	5,3	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>8,7</b>	<b>3,3</b>	<b>3,0</b>

Fonte: Sudene/CPE/INE/Contas Regionais

agropecuário no Nordeste enfrenta maiores dificuldades em vista do vasto espaço semi-árido ser menos propício à atividade, embora não impeditivo caso sejam mobilizados os recursos técnicos disponíveis. Afora isso, deve-se ter em conta que os segmentos com maior potencialidade para o agro-negócio no Nordeste localizam-se na Zona da Mata e aí concentram-se atividades na agroindústria canavieira e na produção de cacau. Não por acaso esses segmentos atravessaram os anos 1990 em crise<sup>5</sup>, o que deve ter concorrido também para o resultado negativo do setor agrícola regional.

O setor industrial, que cresceu a 9,1% ao ano nos anos 1970, reduz abruptamente seu patamar de crescimento nos anos 1980/90 (1,0% ao ano), porém recupera parte do vigor nos anos 1990/99 (4,0% ao ano). No setor serviços a queda pós anos 1970 é menos pronunciada e progressiva, saindo de 10,2% ao ano nos anos 1970 para 3,5% ao ano nos anos 1990.

O exame do ocorrido nos segmentos constitutivos dos grandes setores é talvez de mais utilidade para se entender onde tem se concentrado o dinamismo na região. Os dados disponibilizados pelo Departamento de Contas Regionais da Sudene incluem alguma desagregação nos setores secundário e terciário.<sup>6</sup>

Na indústria pode ser observado um padrão mais regular de comportamento, tendo os segmen-

tos energia elétrica e abastecimento de água, em grupo ou individualmente, bem como a construção liderado os índices de crescimento. A indústria extrativa mineral cresceu significativamente (6% ao ano) no período 1980/90, em boa parte em função das descobertas de petróleo e gás natural em estados como Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte. A indústria de transformação no seu conjunto foi dinâmica enquanto o país exibia altas taxas de crescimento, experimentando, entretanto, crescimento médio negativo (-1,6% ao ano) nos anos 1980/90 e uma pequena recuperação (1,2% ao ano) no período 1990/99. No conjunto do setor industrial ao longo dos últimos trinta anos, então, os segmentos mais dinâmicos foram energia elétrica e construção, talvez por contarem em sua dinâmica com a ação, mesmo não exclusiva, de investimentos governamentais<sup>7</sup>.

Quanto à indústria de transformação, infelizmente os dados disponíveis não estão desagregados por ramos para que se possa observar a sua dinâmica com mais propriedade. Cabe aqui apenas uma observação. No período 1981-98 a indústria de transformação no Nordeste cresceu a 1,1% ao ano em média, taxa semelhante à observada para o conjunto da economia brasileira (1,2% ao ano).

Note-se, portanto, que a indústria nordestina alterou de forma pronunciada o seu comportamento setorial, tendo a indústria de transformação perdido muito do dinamismo que exibiu nos anos 1970, quando cresceu a taxas de 10,8% ao ano em média. Dos anos 1980 em diante o crescimento industrial passa a centrar-se nos segmentos de energia elétrica e abastecimento d'água e na construção. Conforme será visto adiante, o comportamento menos dinâmico da indústria de transformação nesse período tem a ver com a redução do ímpeto do

<sup>5</sup> No caso da agroindústria da cana a crise deveu-se a dificuldades financeiras das empresas junto a preços em baixa em uma conjuntura onde o segmento nordestino deixou de contar com a proteção estatal. No caso do cacau, a praga da vassoura de bruxa reduziu a produtividade e a produção dos cacauzeiros, o que só mais recentemente está sendo, aos poucos, revertido com a renovação dos plantios com variedades mais resistentes.

<sup>6</sup> Como se sabe, a Sudene foi extinta e junto com ela perdeu-se uma fonte valiosa de informações que era o seu Departamento de Contas Regionais. Os dados setoriais aqui analisados, tanto para a Região quanto para os estados, foram obtidos através de Heródoto Moreira, que esteve à frente deste Departamento por vários anos, não tendo sido, até onde sabemos, anteriormente divulgados em publicações oficiais, pois tratam-se de tabulações especiais que foram geradas antes do fechamento do Departamento, o qual ainda sobreviveu por algum tempo à extinção da Sudene.

<sup>7</sup> As atividades de construção recuperam com força o dinamismo nos anos 1990. Infelizmente os dados disponíveis não permitem desagregação para o segmento de construção. Caso fosse possível, poderíamos ter idéia do peso da construção civil no total, o que poderia indicar um maior dinamismo de atividades privadas nos anos 1990, já que o setor público, como é sabido, desacelerou seus investimentos. Fica aqui essa hipótese para ser explorada em futuros trabalhos.

investimento privado, enquanto nos demais setores no Nordeste ainda nota-se a presença, embora decrescente, de investimentos estatais segurando os níveis de crescimento da indústria.

No setor terciário observa-se uma maior flutuação ou alternância de segmentos líderes do crescimento. No período 1970/80 sobressaíram-se os ramos comércio (inclusive restaurantes e hospedagem), transporte aéreo, atividades financeiras e bens imóveis. Nos anos 1980/90 os segmentos que cresceram com maior vigor foram transportes, armazenagem e comunicações, particularmente comunicações e transporte aéreo, e ainda bens imóveis. Nos anos 1990/99 mantém-se esse perfil de crescimento setorial, com destaque especialmente no segmento comunicações. Ao longo das três últimas décadas, portanto, as comunicações suplantam o comércio (incluindo restaurantes e hospedagem) como atividade terciária mais dinâmica na região.

Vale aqui lembrar alguns possíveis fatores explicativos para essas mudanças. Um deles é que a dinâmica econômica nordestina, embora com alguma variação e diversificação, face a investimentos do setor privado, apresenta uma associação forte, padrão historicamente observado, vale ressaltar, com os investimentos do setor público, principalmente nos períodos de menor crescimento do PIB.

Efetivamente, observando os dados relativos à formação bruta de capital fixo (FBKF) para o Brasil e para a Região, nota-se que nos anos 1970 ambos experimentaram um crescimento médio de 10,2% ao ano. Nas décadas seguintes, o comportamento é discrepante: nos anos 1980/90 o Nordeste amplia em 1,6% ao ano em média a FBKF, enquanto no Brasil esta média é negativa (-2,6% ao ano). No período 1990/95 ocorre uma inversão, tendo o Nordeste apresentado uma taxa negativa (-1,7%) e o Brasil como um todo uma recuperação expressiva da FBKF (4,2%) (Tabela 4).

Ao se observar no caso do Nordeste a desagregação da FBKF entre os setores públicos e privado nota-se o referido peso do setor público. Nos anos 1970/80, quando a economia (Nordeste e Brasil) crescia a taxas elevadas, os setores público e privado ampliaram significativamente sua FBKF. Já no período 1980/90, época de estagnação, o setor privado do Nordeste ampliou sua FBKF em média a 0,3% ao ano, enquanto o setor público apresentou uma taxa média de 3,1%. Nos anos 1990/95, em que a FBKF do Nordeste decresceu a -1,7% ao ano, o setor privado cresce a 2,4% ao ano, mas o setor público apresenta uma queda de -6,3% ao ano (Tabela 5). Assim, mesmo com a recuperação dos investimentos do setor privado na primeira metade dos anos 1990, o declínio acentuado dos investimentos públicos deu o tom e ar-

**Tabela 4 – Taxa Média Anual de Crescimento da FBKF Real do Brasil e Nordeste – 1970/1995**

Período	Nordeste	Brasil
1970/80	10,2	10,2
1980/90	1,6	-2,6
1990/95	-1,7	4,2

Fonte FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DCNA – Brasil SUDENE/Contas Regionais – Nordeste.

**Tabela 5 – Taxa Média Anual de Crescimento da FBKF Total Real. Setor Público e Setor Privado do Nordeste do Brasil – 1970/95**

Período	Nordeste	Setor Público	Setor Privado
1970/80	10,2	9,6	10,6
1980/90	1,6	3,1	0,3
1990/95	-1,7	-6,3	2,4

Fonte: Sudene/Contas Regionais



rastou a FBKF da Região para uma taxa negativa. A permanência da crise das finanças do setor público e de sua diminuta capacidade de investir é, portanto, preocupante do ponto de vista da expansão futura da economia nordestina. Isso, principalmente, numa conjuntura em que a economia como um todo mantém-se submetida a um regime de crescimento muito abaixo, tanto do necessário para a melhoria das condições de vida, quanto dos padrões históricos no país.

#### 4 – DESEMPENHO SETORIAL DA ECONOMIA NOS ESTADOS DO NORDESTE

Após o exame dos dados setoriais para o conjunto da economia regional, vale analisar o comportamento desses mesmos dados entre os estados com o objetivo de entender melhor o sentido

dos impactos observados nos anos 1990 sobre as unidades federadas da região. Aqui surgem constatações contraditórias em um aspecto, o da existência ou não de convergência de níveis de renda, e confirmam-se as tendências de maior dinamismo dos segmentos que despontam com maior vigor no exame dos dados do Nordeste como um todo, conforme mais bem detalhado a seguir (Tabelas 6 e 7).

Um aspecto interessante que emerge do exame das tabelas com os dados por estados tem a ver com as taxas discrepantes de crescimento de cada unidade federada. À primeira vista, isso poderia parecer um fenômeno em sintonia com a tese da convergência de níveis de renda de espaços menos desenvolvidos ao longo do tempo. Segundo essa tese, considerando sua versão mais usualmente divulgada, as regiões menos desenvolvidas apresentariam uma tendência a crescer mais rapi-

**Tabela 6 – Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Setorial e por Atividade Econômica – 1970-99**

	PE			AL			SE			BA		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990
ATIVIDADE ECONÔMICA	-80	-90	-99	-80	-90	-99	-80	-90	-99	-80	-90	-99
<b>SETOR AGROPECUÁRIO</b>	<b>6,0</b>	<b>0,8</b>	<b>-2,2</b>	<b>6,8</b>	<b>3,5</b>	<b>-0,6</b>	<b>4,9</b>	<b>4,0</b>	<b>-3,7</b>	<b>4,2</b>	<b>2,2</b>	<b>1,1</b>
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	6,0	0,8	-2,2	6,8	3,5	-0,6	4,9	4,0	-3,7	4,2	2,2	1,1
<b>SETOR INDUSTRIAL</b>	<b>10,7</b>	<b>1,9</b>	<b>1,7</b>	<b>9,2</b>	<b>7,0</b>	<b>4,5</b>	<b>13,7</b>	<b>4,9</b>	<b>2,8</b>	<b>10,6</b>	<b>0,6</b>	<b>3,4</b>
Indústria Extrativa Mineral	16,3	-1,5	-7,3	32,5	13,9	1,9	6,2	0,5	-1,4	0,0	2,5	-2,7
Indústria de Transformação	13,1	-1,2	-1,3	9,8	4,7	-0,5	15,9	7,5	4,4	18,8	-0,2	2,2
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	9,3	4,8	3,8	11,4	8,0	3,2	12,5	11,9	8,7	14,5	6,4	3,9
Energia Elétrica	9,9	5,5	5,0	13,5	8,9	3,0	14,4	10,6	6,4	15,6	7,5	3,8
Abastecimento de Água	6,1	2,0	-2,6	6,6	2,6	6,1	8,3	13,9	10,0	8,5	1,6	2,9
Construção	5,6	7,2	5,5	7,5	10,1	8,1	18,6	-6,2	4,6	10,7	-1,6	8,9
<b>SETOR DE SERVIÇOS</b>	<b>8,4</b>	<b>4,4</b>	<b>2,5</b>	<b>10,5</b>	<b>4,4</b>	<b>3,0</b>	<b>10,7</b>	<b>4,0</b>	<b>3,5</b>	<b>10,9</b>	<b>5,4</b>	<b>3,4</b>
Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagem)	10,7	-0,6	3,6	11,2	4,5	2,3	10,5	3,2	2,8	12,8	2,6	3,3
Transportes, Armazenagem e Comunicações	5,4	6,2	7,9	7,7	4,6	5,3	7,5	7,4	4,3	7,2	6,1	7,6
Transporte Rodoviário	4,0	3,4	-2,2	6,0	4,6	-4,0	7,4	3,9	-0,9	6,5	2,6	1,1
Transporte Ferroviário	7,9	-5,9	0,2	7,9	-6,1	6,5	11,2	-3,5	0,1	9,2	-3,5	4,6
Transporte Aéreo	11,8	4,4	2,9	19,0	12,1	1,9	16,6	5,6	0,9	16,0	6,0	1,0
Transporte Marítimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações	9,9	11,4	10,2	13,1	7,6	7,8	3,8	11,2	5,3	6,6	10,0	8,9
Atividades Financeiras	14,2	6,8	2,1	20,2	-2,3	5,5	15,5	-4,7	5,7	15,3	7,2	3,1
Bens Imóveis	8,8	7,0	3,8	12,0	8,0	4,3	13,3	8,3	4,9	12,1	8,9	4,1
Administração Pública	5,7	5,0	-0,7	8,2	4,7	0,2	8,2	2,1	1,2	8,9	4,3	-0,6
<b>TOTAL</b>	<b>8,6</b>	<b>3,5</b>	<b>2,0</b>	<b>9,1</b>	<b>5,2</b>	<b>3,3</b>	<b>10,2</b>	<b>4,4</b>	<b>2,2</b>	<b>8,8</b>	<b>3,7</b>	<b>3,0</b>

Fonte: SUDENE/CPE/INE/Contas Regionais

**Tabela 7 – Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão e Paraíba: Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Setorial e por Atividade Econômica – 1970-99**

	PI			CE			RN			MA			PB		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990
ATIVIDADE ECONÔMICA	-80	-90	-99	-80	-90	-99	-80	-90	-99	-80	-90	-99	-80	-90	-99
SETOR AGROPECUÁRIO	5,7	5,6	-3,1	6,7	1,4	-4,3	5,6	-2,6	-7,6	7,6	-2,5	1,6	1,3	4,4	-5,9
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	5,7	5,6	-3,1	6,7	1,4	-4,3	5,6	-2,6	-7,6	7,6	-2,5	1,6	1,3	4,4	-5,9
SETOR INDUSTRIAL	9,7	8,4	4,5	14,9	5,4	5,5	16,1	10,9	5,0	8,3	10,4	6,9	7,6	5,3	5,4
Indústria Extrativa Mineral	8,8	11,0	-	25,9	16,7	-1,3	14,7	19,3	3,1	1,1	15,9	-	45,8	15,2	-
Indústria de Transformação	18,5	9,7	1,8	18,3	4,6	4,5	22,1	6,9	4,0	10,4	3,4	2,7	16,0	5,7	5,6
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	21,6	9,7	5,6	13,7	8,6	8,4	16,0	8,3	7,5	21,1	9,2	4,3	10,3	5,8	5,5
Energia Elétrica	23,6	9,3	6,4	14,6	8,4	8,0	17,8	9,2	7,5	29,2	10,1	6,1	12,0	7,6	7,4
Abastecimento de Água	14,5	10,3	4,3	9,5	9,4	9,4	9,8	5,0	7,2	12,9	7,7	3,1	7,6	1,7	-0,8
Construção	7,0	4,6	10,2	11,4	5,1	8,1	12,1	1,5	10,0	6,5	14,6	7,8	3,1	-0,2	5,0
SETOR DE SERVIÇOS	11,5	6,5	2,4	10,8	4,7	5,4	10,3	4,9	4,8	12,0	9,3	4,7	9,7	6,0	3,3
Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagem)	15,9	4,8	-	14,3	4,3	5,7	16,3	3,8	6,9	15,8	6,3	6,1	13,5	4,1	4,8
Transportes, Armazenagem e Comunicações	1,5	13,5	-	5,3	8,1	8,1	2,2	3,0	8,2	7,8	11,6	7,8	5,8	10,5	7,2
Transporte Rodoviário	9,0	5,5	-	5,4	3,1	-0,2	6,3	4,0	2,5	10,3	3,1	3,4	4,6	3,6	-5,3
Transporte Ferroviário	5,8	3,2	-	5,8	1,3	-7,0	6,3	-6,2	-0,3	6,3	2,8	7,9	7,9	-6,2	9,6
Transporte Aéreo	13,3	6,1	-	15,4	4,7	7,0	18,9	9,7	7,9	7,3	5,4	2,8	28,6	17,9	4,5
Transporte Marítimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações	-5,1	18,4	-	4,4	13,6	10,8	-4,8	6,0	12,0	5,9	16,5	9,9	6,2	15,9	8,1
Atividades Financeiras	18,0	-1,9	-	19,0	3,6	5,5	19,4	-4,0	9,7	19,2	8,9	6,1	11,6	-1,5	5,9
Bens Imóveis	15,6	9,7	-	12,0	6,8	6,7	12,7	8,3	4,9	15,2	12,8	5,3	8,6	8,1	5,1
Administração Pública	10,3	6,7	-	7,5	4,2	-0,9	7,8	5,9	-0,9	7,9	9,7	-2,9	10,0	7,2	-2,3
<b>TOTAL</b>	<b>9,4</b>	<b>6,9</b>	<b>2,1</b>	<b>10,8</b>	<b>4,7</b>	<b>4,7</b>	<b>10,3</b>	<b>7,4</b>	<b>4,3</b>	<b>9,3</b>	<b>8,3</b>	<b>4,6</b>	<b>6,5</b>	<b>5,6</b>	<b>3,1</b>

Fonte: SUDENE/CPE/INE/Contas Regionais

damente do que as demais, com o que haveria a mais longo prazo, a tendência à convergência de níveis de rendimentos.

No caso dos estados do Nordeste, pelo menos, os dados aqui apresentados levam a conclusões contraditórias. Ao mesmo tempo em que se observam estados com menor nível de produto crescendo acima da média, como Maranhão e Rio Grande do Norte, e alguns outros com produto maior crescendo abaixo ou bem perto da média, casos da Bahia e de Pernambuco, também ocorre que outros estados de menor nível de renda crescem abaixo ou muito próximo da média, como é o caso dos estados da Paraíba, Sergipe, Alagoas e Piauí. O estado do Ceará, por sua vez, classificado entre os três maiores PIBs da Região, tem crescido com maior velocidade, mesmo nos anos 1990.

Tendo em conta apenas os dados da década de 1990, podem ser separados três grupos de es-

tados, classificados pelo critério do crescimento do PIB: um de maior dinamismo, ou seja, com taxas entre 4,3% e 4,7%, constituído por Maranhão, Ceará e Rio G. do Norte; um outro de menor dinamismo, com taxas variando entre 2,0% e 2,2%, formado por Sergipe, Pernambuco e Piauí; e finalmente o terceiro com taxas, muito próximas da média regional, entre 3,0% e 3,3% onde se encontram Bahia, Paraíba e Alagoas. Portanto, nos anos da abertura econômica os impactos em termos de taxas de crescimento sobre os PIBs estaduais são diferenciados, havendo em cada grupo a presença de economias maiores e menores, considerando os padrões regionais.

É interessante chamar a atenção para o fato de terem os três estados mais dinâmicos (MA, CE e RN), nos anos 1990, apresentado um crescimento mais expressivo do setor secundário com taxas superiores a 5% ao ano em média, o que mostra ser este setor ainda muito importante como fator de cres-

cimento. Isso sinaliza uma implicação de alguma relevância para a política regional, ou seja, mesmo com o crescente peso do setor terciário, as atividades industriais mantêm-se como estratégicas para o fomento do crescimento<sup>8</sup>.

Uma outra observação derivada dos dados das tabelas acima é que a perda de dinamismo da indústria de transformação verificada para a Região como um todo, nos anos 1990, espraia-se pela maioria dos estados, com exceção do Ceará, Rio Grande do Norte e da Paraíba<sup>9</sup>. Uma possível explicação para a permanência desse segmento como dinâmico nestes estados é que nos mesmos observou-se um movimento de atração de investimentos, via incentivos fiscais estaduais, para os ramos têxteis/confecções e calçados, com algum impacto também sobre o fornecimento de insumos para tais produtos.

Na direção oposta da indústria de transformação transita o segmento da construção, que aparece na maioria dos estados com altas taxas de crescimento, em média, acima de 8% ao ano, excetuando-se os casos da Paraíba, Pernambuco e Sergipe onde a sua taxa média de crescimento ficou em torno de 5% ao ano, mesmo assim ainda relativamente elevada. Ainda no setor secundário merece algum destaque o desempenho do segmento de energia

elétrica e abastecimento d'água, que exibiu dinamismo na maioria dos estados, embora com menor intensidade em Pernambuco, Bahia e Alagoas. Esses segmentos e, em alguns casos o de transportes, passaram na verdade a liderar a expansão do setor secundário de forma mais ou menos generalizada nos vários estados do Nordeste, o que, pelo menor volume de efeitos de encadeamento, contribui menos para o crescimento dos PIBs estaduais.

Uma outra conclusão relevante a extrair dos dados é o destaque para o segmento de comunicações dentre os que formam o setor terciário. Tais serviços também aparecem com ênfase na maioria dos estados nos anos 1990, com taxas muitas vezes acima de 8% ao ano. Neste caso as exceções são o Piauí, principalmente, e Sergipe onde a expansão das comunicações fez-se a taxas menores. A explicação mais provável para o dinamismo das comunicações de forma tão ampla e generalizada é a expansão da telefonia fixa junto com a implantação da telefonia celular, que concentrou investimentos significativos, em todo o país, exatamente ao longo dos anos 1990.

Ainda no setor terciário, cabe destaque para a perda generalizada de dinamismo no ramo de comércio (inclusive restaurantes e hospedagem) cuja taxa de crescimento reduz-se muito na grande maioria dos estados ao longo das três décadas cobertas pela base de dados aqui considerada, principalmente nos anos 1990, quando as taxas médias anuais situam-se entre 2% e 4% em cinco dos nove estados. As exceções neste caso são o Maranhão, o Rio Grande do Norte, o Ceará e a Paraíba, onde as taxas situaram-se em torno de 5% a 6% ao ano. Note-se que como esse item inclui restaurantes e hospedagem, ou seja, as atividades ligadas ao turismo, esse desempenho pouco dinâmico contrasta com o festejado potencial turístico da maioria dos estados nordestinos, que assim ainda não conseguiria traduzir-se em números mais destacados. É possível, porém, por outro lado, que o menor dinamismo do comércio nos estados tenha puxado para baixo esse item e as atividades turísticas tenham contribuído para segurar as taxas em estados como Bahia, Pernambuco e Paraíba. Estes estados, além do Ceará e do Rio Grande

<sup>8</sup> Isso pode soar como arcaico para alguns que enfatizam a importância do setor terciário e defendem-no como estratégico para o desenvolvimento do Nordeste, mas, no mínimo, indica a capacidade da indústria de gerar efeitos de encadeamento ainda significativos, que terminam rebatendo positivamente sobre atividades terciárias.

<sup>9</sup> Note-se que nos estados de Pernambuco e Alagoas as taxas de crescimento da indústria de transformação chegam a ser negativas. Vale observar que o Ceará e o Rio Grande do Norte lideram, como visto acima, o crescimento na Região nas últimas décadas, o que, em parte, pelo menos, deve-se ao crescimento um pouco maior da indústria de transformação. Mas aqui também há "contradições": em Sergipe e na Paraíba essa indústria cresceu a taxas semelhantes às dos dois estados líderes e nem por isso o PIB total foi mais alavancado. É verdade que não fora esse desempenho das atividades de transformação o crescimento do PIB na Paraíba e em Sergipe poderia ter sido menor. O Maranhão, por sua vez, está no grupo de liderança do crescimento do PIB, mas a sua indústria de transformação não tem exibido muito vigor. Isso talvez atenua o peso do argumento pró-indústria de transformação como mais indutora do crescimento, mas não o invalida.

do Norte, são os que mais participam dos fluxos de turismo na Região, que vêm crescendo significativamente nas duas últimas décadas.

Assim, apesar de alguns comportamentos destoantes em alguns segmentos em alguns estados, conforme destacado acima, os dados relativos aos estados mostram um comportamento setorial que tende a se situar na direção dos dados globais para a região, ou seja mostram um comportamento semelhante de segmentos dinâmicos (construção e comunicações) ou em declínio (indústria de transformação, comércio) e assim reforçam a visão de gradativa perda de especificidades sub-regionais em termos de fontes de impulsos dinâmicos no Nordeste. Ao mesmo tempo a análise acima esboçada ajuda a reforçar a tese de ser ainda a indústria um importante indutor do crescimento, estando a mesma associada de alguma maneira às maiores taxas de crescimento observadas nos estados onde a indústria de transformação teve melhor desempenho. Ao mesmo tempo, deve-se lembrar que na década de 1990, com a abertura da economia e com o menor crescimento industrial, o vigor da economia regional é fortemente abatido.

Ainda na busca de encontrar elementos para caracterizar as novas tendências da economia do Nordeste, cabe aqui examinar o comportamento do setor exportador e, posteriormente, do mercado de trabalho nos anos 1990. Um esforço para chegar a essa caracterização é feito nas seções seguintes, com base em dados e análises colhidos na literatura específica e ainda pouco divulgados.

## **5 – ALGUMAS INDICAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES NO NORDESTE NOS ANOS PÓS-1990**

Antes de examinar os dados do comércio exterior do Nordeste nos anos 1990 parece interessante situar o contexto da associação das exportações e do desenvolvimento econômico em âmbito teórico. A temática do papel do comércio internacional e de suas repercussões no desenvolvimento dos

países e regiões é há muito tratada na literatura econômica. Aqui, sem perseguir a “justa forma” e usando traços impressionistas, cabe-nos recuperar os aspectos mais mencionados dessas elaborações para delinear um marco referencial sobre o assunto. Nessa temática emergem vertentes de cunho liberal, ou neoliberal, ao lado de visões ditas estruturalistas ou marxistas.

Os autores liberais, partindo de David Ricardo e de sua teoria das vantagens comparativas, advogam que o livre comércio seria a melhor forma para as relações internacionais dos países, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento. O mercado livre, através da especialização levaria a uma situação de equilíbrio ótimo em âmbito global, onde seria maximizado o nível de produto, com custos unitários mínimos, assim proporcionando o máximo de bem-estar para todos.

Por outro ângulo de visão, tendo como referência a deterioração dos termos de comércio entre países desenvolvidos e periféricos, levantada por Prebisch, bem como conceitos ligados à idéia de proteção à “indústria nascente” de List, os autores estruturalistas ou marxistas enfatizam a preocupação com o mercado interno e a proteção às importações mediada pelo Estado o que concorreria, via diversificação da estrutura produtiva, para o desenvolvimento de países periféricos.

Tais posicionamentos colocam em campos opostos dois modelos de desenvolvimento, o voltado para fora, em geral suportado pela especialização, e o voltado para dentro, com predomínio da diversificação produtiva puxada pela industrialização<sup>10</sup>. Embora essas posições sejam bem marcadas, deve-se destacar que, mais recentemente, alguns autores originalmente alinhados no bloco liberal começam a admitir, como o fazem Gomory e Baumol (2000), que, tendo em vista o avanço tecnológico, a presença de grandes empresas e de ren-

<sup>10</sup> Na verdade, esses modelos podem ser combinados e a experiência histórica mostra exemplos bem-sucedidos de países que adotaram posturas mistas simultânea ou intercaladamente. (Ver LIMA e KATZ, 1997.)

dimentos crescentes, o equilíbrio, em condições de livre comércio internacional, não terá de forma garantida solução de unicidade, e os resultados não serão sempre positivos para todos. Assim, concluem que “em face desta possível situação de desigualdade, os países mal situados deverão procurar desenvolver indústrias, mesmo que para isto promovam intervenções na economia, inclusive fechando seu mercado” (apud KATZ, 2002, p. 8).

O fenômeno da globalização, que alia mudanças no paradigma tecnológico e desregulamentação nos mercados de produtos e serviços, tem contribuído para a elaboração de análises com orientações diversas acerca dos seus impactos.

Daí derivam análises apologéticas dos ganhos proporcionados pela abertura das economias periféricas, na linha dos defensores das vantagens proporcionadas pelo livre comércio, conforme acima. Ao mesmo tempo, há outras muito pessimistas apontando a desestruturação, para os países subdesenvolvidos, de atividades produtivas e as dificuldades de competição com estruturas produtivas tecnologicamente mais avançadas, sem que surjam oportunidades de maiores exportações de artigos menos elaborados em vista das barreiras protecionistas prevaletentes nos países da Tríade (Estados Unidos, Japão e União Européia).

Vale salientar que, ao lado das teorias que defendem ou se opõem ao livre comércio, há uma que, com alguma repercussão prática, reforçada pela experiência das “plataformas de exportação” da Ásia, enfatiza, sem entrar muito no mérito do livre comércio ou da imposição de restrições ao mesmo, o desenvolvimento regional com base nas exportações. De forma sucinta, seus defensores afirmam que o crescimento das exportações e do setor exportador leva à ampliação do nível de renda e, conseqüentemente, do consumo. Como o consumo se abastece, pelo menos em parte, de setores voltados para o mercado interno, havendo entre os setores, e dentro daqueles ligados ao mercado interno, um bom nível de encadeamentos para trás e para frente, esses impulsos externos serão magnificados. Daí resultam então efeitos positivos para o emprego e renda em geral.

Supõe-se aí que haja capacidade ociosa para o crescimento e bases para novas expansões e que o relacionamento entre os setores possua um efeito multiplicador significativo (SOUZA, 1993 a).

Feita essa breve revisão teórica, cabe então um exame do caso do Nordeste, onde serão feitas, na medida do possível, as vinculações devidas.

A experiência do Nordeste em termos de exportações apresentou historicamente mudanças significativas. Até o final do século XIX a economia nordestina dependia fortemente do dinamismo das suas exportações de produtos primários, as quais experimentavam oscilações diversas e freqüentes, fato, aliás, bastante conhecido. Essa fase coincide com o modelo primário-exportador vivido pelo Brasil como um todo, na linha do livre cambismo e da especialização advogada pelos defensores das vantagens comparativas. A partir do início do século XX, a região experimentou uma inflexão nesse quadro e passou a colocar de forma crescente seus excedentes destes bens no mercado do Sudeste. A partir dos anos 1930, esse mercado ficou mais restrito em virtude da concorrência de uma agricultura mais produtiva e diversificada naquela região. Depois, com a intensificação da industrialização pesada no Sudeste, a economia nordestina experimentou uma tendência de especialização em sua indústria de bens intermediários com olho certo no mercado do Centro-Sul. Muda, assim, a orientação da economia nordestina, em sintonia com a mudança mais geral da economia brasileira em que a substituição de importações e o mercado interno eram predominantes. Ao inserir-se nesse modelo com a sua indústria de bens intermediários, a experiência acumulada da produção do Nordeste é a de vendas destinadas primordialmente ao mercado interno e com isso a região vem há muito apresentando coeficientes de exportação muito abaixo dos exibidos nas demais regiões brasileiras. Em que pese alguma melhoria na diversificação da pauta de exportações do Nordeste, o comércio externo ainda contribui pouco para um maior dinamismo da sua economia e nos anos 1990 esse quadro não mudou muito, conforme veremos a seguir. Com isso a possibilidade de o Nordeste vir a sofrer um impulso

desenvolvimentista mais significativo a partir do comércio externo, na linha da teoria da base exportadora, torna-se remota, a menos que o fornecimento de bens intermediários para o Sudeste exportar bens finais venha a ser intensificado.

Os dados disponíveis para as exportações do Nordeste nos anos 1990 (Tabela 8) não revelam resultados muito animadores. Como é conhecido, a economia brasileira só a partir de 1990 experimentou exposição à concorrência externa, mas entre 1990 e 1994 a queda de tarifas de importação foi em boa parte compensada com a manutenção da taxa de câmbio relativamente desvalorizada. Nos anos finais da década passada, até janeiro de 1999, após o Plano Real, o câmbio foi mantido fortemente valorizado o que desestimulou um maior crescimento das exportações e gerou elevados déficits na conta comercial. O resultado é que as exportações brasileiras situaram-se em torno de 8,5% do PIB na década. No Nordeste, o coeficiente de exportações manteve-se bem mais abaixo, ou seja, em torno de 3,5% do PIB regional, conforme adiantado

acima, tendo os valores absolutos experimentado flutuações significativas, muito em função de variações de preços de produtos tradicionais, como o açúcar, que ainda pesam significativamente na pauta de exportações nordestinas.<sup>11</sup>

Ressalve-se aqui um aspecto positivo, que é a maior participação na pauta nordestina dos produtos industrializados na comparação com o Brasil. No caso do Nordeste, o peso dos produtos industrializados na pauta cresceu de 75% em 1990 para 82,4% em 1999, enquanto no Brasil como um todo essa participação variou bem menos, ou seja, de 71% para 73,6%. Assim o Nordeste exporta relativamente pouco, porém exporta um pouco mais de bens com maior valor agregado, mesmo que sejam, principalmente, *commodities* como açúcar e alumínio (Sudene, 2000).

Sobre a composição das exportações nordestinas vale acrescentar que em trabalho recente, Costa (2003), analisando o desempenho exportador das regiões brasileiras nos anos 1990, conclui que o

**Tabela 8 – Brasil e Nordeste: Valor e Índice das Exportações Totais – 1980-1999 (US\$ 1.000.000,00 -Fob)**

Anos Brasil	Variação (%)	Nordeste	Variação (%)	NE/BR (%)
1989	34.382,6	-	2.879,0	-
1990	31.413,8	-8,6	3.030,4	5,3
1991	31.620,5	0,7	2.859,8	-5,6
1992	35.793,0	13,2	3.035,0	6,1
1993	38.554,8	7,7	3.012,6	-0,7
1994	43.545,2	12,9	3.502,9	16,3
1995	46.506,3	6,8	4.240,0	21,0
1996	47.746,7	2,7	3.854,9	-9,1
1997	52.990,1	11,0	3.960,6	2,7
1998	51.139,9	-3,5	3.720,5	-6,1
1999	48.011,4	-6,1	3.355,4	-9,8
2000	55.085,6	14,7	4.025,0	19,9
2001	58.222,6	5,7	-	-
2002	60.361,8	3,7	-	-
2003	73.084,1	21,1	6.107,4	-

Fonte: MDIC/SECEX/DECEX; Sudene/CPE/INE/Contas Regionais

<sup>11</sup>Note-se que a participação das exportações nordestinas no total exportado pelo país, tendeu a girar em torno de 8%, o que indica que apesar de pequena a participação esta tem revelado estabilidade ao longo do tempo.

Nordeste ao longo da década revelou “uma maior especialização de suas exportações nos produtos minerais e energéticos semimanufaturados, além das indústrias intensivas em mão-de-obra e fornecedores especializados” (p.96). Ao mesmo tempo, a autora acrescenta que houve perda de especialização em produtos agrícolas e produtos intensivos em P & D. De uma maneira geral, segundo a mesma,

devido ao crescimento anual médio de suas [ou seja, do Nordeste] exportações abaixo do nacional, o que se pôde observar foi a perda de participação no total exportado pelo país em quase todos os produtos. A exceção ocorreu no grupo de produtos das in-

dústrias intensivas em trabalho [...] exatamente aquele em que o Nordeste se destacou pelo ganho de especialização (p.69).<sup>12</sup>

Apesar da vantagem relativa em termos qualitativos, ou seja, a maior participação de produtos industrializados no total de vendas, um fato a destacar é que o setor exportador nordestino não tem demonstrado agressividade e se mantém muito aquém do desejável como uma possível fonte de dinamismo para o crescimento da economia. Nesse aspecto, o desempenho revelado nos anos 1990 até tornou mais crítica essa característica, ou dificuldade, da economia nordestina. Essa característica, ali-

**Tabela 9 – Nordeste: Principais Produtos Exportados – 1999 e 2003 (US\$ 1.000,00-FOB)**

Principais produtos e grupos	1999		2003	
	US\$	%	US\$	%
Açúcar de cana e outros açúcares	98.892	8,9	392.456	6,4
Álcool etílico	15.476	0,5	66.891	1,1
Alimentos e bebidas	56.064	1,7	83.928	1,4
Automóveis e suas partes	15.298	0,5	425.130	7,0
Cacau e suas obras	100.715	3,0	211.494	3,5
Calçados diversos	89.291	2,7	200.385	3,3
Camarões, lagostas e peixes	64.466	1,9	304.093	5,0
Castanha de caju	142.167	4,2	143.753	2,4
Ceras e óleo vegetais	38.255	1,1	23.725	0,4
Cordéis de sisal	48.363	1,4	48.025	0,8
Couros e peles	41.886	1,2	159.476	2,6
Equipamentos e aparelhos eletrônicos	149.310	4,4	232.829	3,8
Frutas <i>in natura</i> , secas ou congeladas	71.412	2,1	220.882	3,6
Fumo e suas obras	42.441	1,3	18.243	0,3
Gasolinas, óleo comb., petróleo e GLP	164.114	4,9	753.872	12,3
Madeiras e seu derivados	193.339	5,8	214.366	3,5
Minerais metálicos	751.657	22,4	807.950	13,2
Minerais não-metálicos	31.310	0,9	35.242	0,6
Papel e celulose	60.587	1,8	65.208	1,1
Plásticos e borrachas	27.949	0,8	41.325	0,7
Produtos de confeitaria, bombons	8.120	0,2	59.223	1,0
Produtos químicos	479.154	14,3	783.426	12,8
Produtos têxteis	119.965	3,6	288.138	4,7
Sal marinho	7.795	0,2	25.504	0,4
Soja e seus derivados	117.874	3,5	300.699	4,9
Outros	219.524	6,5	277.983	4,6
Total	3.356.479	100,0	6.107.371	100,0

Fonte: MDIC/SECEX

<sup>12</sup>Embora a autora citada não especifique, as indústrias intensivas em trabalho são, principalmente, as têxteis/confecções e calçados, que tiveram algumas plantas de grande porte atraídas para a Região (basicamente para o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em vista dos incentivos fiscais estaduais e do menor custo de mão-de-obra em relação ao Centro-Sul do país.

ás, tem a ver com a estrutura produtiva do Nordeste, mais voltada para a oferta de *commodities* ou de produtos intensivos em mão-de-obra que, conforme mencionado na revisão teórica, enfrentam maiores barreiras comerciais nos mercados dos países desenvolvidos. Assim, tais produtos estão participando da pauta de exportações nordestinas de forma crescente (Tabela 9), mas a expansão das vendas, provavelmente, está sendo freada pelas barreiras impostas pelos potenciais importadores.

Com efeito, afora os itens automóveis e suas partes, produtos químicos e equipamentos e aparelhos eletrônicos que participaram com pouco mais de 22% das exportações nordestinas em 2003 (Tabela 9), os demais itens, em sua quase totalidade, podem ser classificados como não duráveis, *commodities* ou produtos primários, mais sujeitos assim a barreiras diversas, embora alguns avanços tenham sido registrados na comparação com anos anteriores.

Há aqui, porém, algumas qualificações a serem feitas. Em primeiro lugar, a experiência histórica de crescimento industrial no Nordeste, como mencionado anteriormente, foi de aproveitar a brecha do mercado nacional na área de bens intermediários. Tal orientação prevaleceu a partir dos anos 1970, tendo sido enfatizada durante a vigência do II PND. Assim, como boa parte das vendas nordestinas dessa indústria continua sendo feita ao Sudeste/Sul, essa produção termina sendo indiretamente exportada por outras regiões do país. Em segundo lugar, vale a observação feita na revisão teórica dessa seção onde se afirma que a especialização exportadora nem sempre leva a melhores resultados, devendo-se ter olhos abertos também ao mercado interno como, aliás, tem sido a marca da experiência histórica do Brasil após a fase primário-exportadora, onde as empresas diante de um mercado interno significativo só buscam mais agressivamente o externo em conjunturas recessivas, ou em momentos de dificuldades do balanço de transações correntes, quando a política econômica tende a estimular as exportações. Além disso, os dados aqui considerados englobam um subperíodo onde a taxa de câmbio esteve bastante valorizada e assim não contribuiu para um melhor desempenho exportador nem no Nordeste nem no Brasil.

Afora isso, no Nordeste o desempenho exportador foi bem inferior, entre outras coisas, vale repetir, pelas articulações de fornecimento de bens intermediários há muito estabelecidas com o parque industrial do Sul/Sudeste, além das referidas barreiras comerciais que afetam as exportações da região.

Essas qualificações não têm a intenção de reduzir a importância, ainda que potencial, das exportações como fonte de dinamismo para a região, mas pretendem trazer à cena algumas explicações e especificidades da mesma neste aspecto. De qualquer maneira, em vista da evidente menor participação das exportações nordestinas no contexto nacional, esse fato justifica por si só um exame mais aprofundado de estratégias de política que contribuam para se chegar a uma situação mais satisfatória no Nordeste em termos de exportações. Por outro lado, essa menor participação nordestina nas exportações também dá margem a outro tipo de preocupação. Sabe-se que nos últimos anos o Brasil vem orientando, através de incentivos diversos, sua economia para efetuar um maior esforço exportador. Conforme visto, as exportações apresentam diferentes participações nos PIBs regionais e os impactos espaciais de um crescimento mais intenso das mesmas serão diferenciados. No caso do Nordeste, em vista de sua maior introversão, os efeitos dinâmicos serão menores, mesmo que esta região exporte indiretamente seus bens intermediários como foi argüido acima. Neste caso é preciso intervir com políticas específicas para que os efeitos positivos para o todo, ou seja, o país, não sejam contraproducentes para as partes, ou seja, as diferentes regiões. Tal fato, vale lembrar, já ocorreu no momento em que a industrialização substitutiva predominou, acarretando efeitos regressivos para a região Nordeste, conforme já apontaram Celso Furtado no documento do GTDN e outros estudos posteriores, como o de Dias (1999).

## **6 – O MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE NOS ANOS 1990: BREVE CARACTERIZAÇÃO**

A seguir, serão feitas considerações sobre algumas das transformações detectadas até agora no



mercado de trabalho no Nordeste no período pós-abertura. Antes disso, cabe aqui, de forma resumida, apresentar o referencial teórico das visões que associam a globalização e o novo paradigma tecnológico com o mercado de trabalho.

O desemprego elevado e persistente, de economias em diferentes estágios de desenvolvimento, vem dando margem a interpretações que o associam às mudanças observadas a partir dos anos 1980, ligadas à chamada globalização e ao novo paradigma tecnológico. O avanço tecnológico nessa era mais recente assume formas que transcendem a introdução de máquinas poupadoras de mão-de-obra, chegando às mudanças no processo de trabalho (especialização flexível, *downsizing*, *just in time*, etc.), que alteram os requerimentos de mão-de-obra. Com isso reduzem-se os quantitativos e mudam-se os padrões de qualidade da mão-de-obra demandada pelas empresas. Nesse contexto, afirma-se que o desemprego eleva-se de forma prolongada, inclusive porque trabalhadores demitidos, nos ramos mais afetados, não podem facilmente ser absorvidos nos ramos em expansão, quando os há, face aos requerimentos da qualificação (MÖELLER e IRMÃO, 2001).

Nesse quadro de mudanças tecnológicas e organizacionais, um elemento adicional merece destaque. Trata-se da terceirização de produção e serviços de empresas maiores, que passam a adquiri-los de outras, muitas vezes, de pequeno porte e com maiores inserções no mercado informal. Com isso estimular-se-ia a precarização das relações de trabalho (AMADEO et al, 1996), um fenômeno que contribui para a insegurança econômica e social ao implicar a contratação temporária e informal.

A globalização, por seu turno, ao destruir atividades produtivas dos países menos desenvolvidos através dos investimentos e da ampliação do comércio internacional, pode atuar negativamente sobre o nível de emprego. Aqui o efeito depende da importância e da composição dos fluxos de comércio e de investimento direto.

Com as pressões da era da globalização sobre as economias menos desenvolvidas para a maior

integração ao comércio internacional e abertura de seus mercados, as atividades menos competitivas, industriais principalmente, são desestruturadas, provocando desemprego. O fluxo de investimentos diretos, por sua vez, ao adquirir empresas estatais ou privadas, além de não gerar novos empregos, ainda, em geral, destrói parte dos existentes nos processos de “*downsizing*”. Além disso, em vista dos novos padrões de fornecimento de componentes e insumos, que priorizam o “*global sourcing*”, tanto os investimentos diretos novos, quanto as empresas já estabelecidas passam a ter menores efeitos multiplicadores de emprego no âmbito local ou regional (GALVÃO, 2001).

Nesse contexto, vale destacar a teoria de Samuelson Stolper, referida por Möller e Irmão (2001, p. 53), que prevê, para países emergentes, uma expansão de emprego e salários em indústrias menos exigentes em mão-de-obra qualificada (têxteis, calçados, etc.). Estas seriam deslocalizadas dos países desenvolvidos para os chamados emergentes em busca de menores custos de mão-de-obra. Vale lembrar que, embora ocorra, tal fenômeno atua no sentido do estabelecimento de forte competição entre os emergentes, sendo “*ganhadores*” aqueles mercados com salários ínfimos e com condições de trabalho bastante adversas, o que, no mínimo, não seria motivo para efusivas comemorações, tendendo à concentração em algumas regiões por um bom tempo até que, se isso vier a ocorrer, se esgotem as reservas de mão-de-obra excedente e os salários cresçam, o que levaria essas indústrias para novas localizações.

Conforme será visto a seguir, os fenômenos acima mencionados estão ocorrendo na economia nordestina em maior ou menor grau, o que tem provocado impactos relevantes sobre o seu mercado de trabalho, e tais visões teóricas poderão ser identificadas ao longo do exame dos dados disponíveis<sup>13</sup>.

Uma primeira observação a fazer sobre a evolução do mercado de trabalho nordestino nos últimos

<sup>13</sup>Essa seção inspira-se em alguns pontos no trabalho de Guimarães Neto (1999).

anos refere-se à perda de capacidade de absorção de emprego por parte da indústria de transformação e mesmo da construção civil. Tal perda decorre da conjuntura de baixo crescimento, associada com a chamada reestruturação produtiva, ou seja, com as mudanças tecnológicas e organizacionais em curso e com a abertura e a globalização das economias brasileira e nordestina. Assim é que, considerando os dados para o emprego no setor organizado, nota-se retração nos níveis de emprego nesses segmentos e um movimento de expansão no setor terciário, notadamente nos segmentos de comércio e de prestação de serviços, nestes principalmente (Tabela 10)<sup>14</sup>.

Uma outra observação a ser feita refere-se à tendência de precarização das relações de trabalho, expressa por um crescente número de trabalhadores empregados sem carteira de trabalho assinada. Esse é um fenômeno que vem caracterizando o mercado de trabalho do país como um todo, porém no Nordeste o grau de abrangência tem sido superior à média nacional. Na Tabela 11, os dados mostram uma tendência de redução mais pronunciada das contratações com carteira de trabalho assinada nas regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, em relação à média das regiões metropolitanas brasileiras, evidenciando assim a maior dificuldade do mercado de trabalho da economia nordeste-

tina em conviver, dentro dos marcos legais, com as transformações em curso.<sup>15</sup>

Essa tendência de precarização das condições de trabalho é também demonstrada na observação das tendências do emprego formal segundo o tamanho do estabelecimento. Segundo os dados da Rais, o que se observa é a crescente absorção de trabalhadores nos estabelecimentos micro e pequenos de até 19 pessoas empregadas, em comparação com os médios e grandes (Tabela 12). Isso, pelo menos em parte, deve estar ligado às tendências de terceirização, de serviços principalmente, mas não exclusivamente, com o objetivo de rebaixamento de custos por parte das empresas maiores.

Há aqui a presença de desdobramentos um tanto preocupantes. É que os dados da Rais também indicam que estes estabelecimentos micro e pequenos apresentam uma tendência pronunciada de remuneração bem abaixo da média de remunerações do mercado (Tabela 13). Além disso, a taxa de permanência no emprego nestas empresas é bem inferior à observada nas demais empresas (GUIMARÃES NETO, 1999).

Assim, o emprego está migrando gradativamente no Nordeste, pelo menos no que diz respeito ao

**Tabela 10 – Nordeste: Emprego no Setor Organizado – 1986-96 (Valores Absolutos)**

Setores/Anos	1986	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1996
Extração Mineral	21.092	26.404	19.710	17.214	15.602	15.709	18.362	27.302
Indústria de Transfção	606.340	630.563	655.057	603.595	566.134	526.673	471.689	529.860
Serviços Ind. de Útil Pub	62.951	59.232	61.395	64.982	61.195	59.303	57.780	69.755
Construção Civil	181.645	189.511	175.861	181.820	186.029	154.205	153.795	172.495
Comércio	409.204	413.468	428.152	415.100	388.107	365.313	366.542	495.311
Serviços	852.689	936.661	951.296	892.466	895.133	856.112	884.093	1.114.349
Outros	1.356.141	1.490.870	1.441.606	1.495.680	1.551.780	1.491.405	1.645.861	1.485.571
Total	3.490.062	3.746.709	3.733.077	3.670.857	3.663.980	3.468.720	3.598.122	3.894.643

**Fonte:** Ministério do Trabalho (RAIS apud GUIMARÃES NETO, 1999).

<sup>14</sup> Vale notar que no caso da indústria de transformação há ramos onde há indicações, via Rais, de perda de emprego ao longo da década de 1990, como é o caso da metal/mecânica, dos minerais não metálicos e da têxtil. Por outro lado, os ramos de alimentos e calçados mostram ganhos em termos de emprego (SABOIA, 2001).

<sup>15</sup> Essa constatação também é feita com base em dados da PNAD e da Rais, por Guimarães Neto (1999). Note-se que a Região Metropolitana do Recife apresenta uma maior precariedade, de forma sistemática, nesse aspecto pelo menos, em relação a Salvador.

setor organizado captado pela Rais, para empresas que remuneram menos e ainda apresentam uma menor segurança de continuidade em vista das condições mais adversas destas empresas diante da conjuntura e diante de oportunidades diferenciadas no mercado em comparação com as médias e grandes. Ou seja, o arrefecimento do investimento, por conta da conjuntura recessiva e das restrições da política macroeconômica, junto com as tendências inerentes à globalização, estão contribuindo para a deterioração nas condições de emprego e de renda dos trabalhadores do setor formal no Nordeste. Com isso, a alternativa de reforço do mercado informal é mais acionada e assim pioram as condições de vida nos principais centros urbanos nordestinos, até porque a válvula de escape das migrações não tem mais muita serventia, pois essa mesma realidade reproduz-se nas outras regiões do país.

Além das observações acima, há ainda uma outra também bastante contundente, que é a constatação de crescimento do nível de desemprego aberto. Esse também vem sendo um fenômeno observado nacionalmente. Ressalve-se, porém que, no caso do Nordeste, os dados vêm indicando um crescimento nas taxas de desemprego acima da média das demais regiões. Isso pode ser constatado, por exemplo, com base nos dados do IBGE sobre a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas, onde as taxas observadas para Recife e Salvador, principalmente nesta, têm-se situado acima da média do total das regiões metropolitanas pesquisadas. Embora em São Paulo esteja também ocorrendo o mesmo fenômeno, as demais regiões metropolitanas, a ver pela média do total das regiões na Tabela 14, têm conseguido conviver com taxas menores de desemprego relativamente às metrópoles nordestinas.

**Tabela 11 – Recife, Salvador e Médias das Regiões Metropolitanas Brasileiras – % do Assalariado com Carteira Assinada no Total do Emprego**

Anos	Recife	Salvador	Média das Regiões Metropolitanas
1990	49,53	53,18	56,94
1991	46,04	51,56	53,74
1992	42,66	50,30	51,41
1993	41,63	49,18	50,52
1994	40,13	45,28	49,24
1995	39,95	44,25	48,39
1996	40,15	43,05	46,68
1997	40,54	44,06	46,36
1998	38,44	45,55	45,85
1999	37,32	44,77	44,53
2000	39,19	42,54	43,64
2001	40,50	44,26	44,98
2002	39,70	44,34	45,01

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (www.ibge.gov.br)

**Tabela 12 – Nordeste: Evolução do Emprego Organizado Segundo Tamanho do Estabelecimento – 1986-95 (1986=100)**

Tamanho	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
De 0 a 4	100	102	106	103	110	117	115	123	132	161
De 5 a 19	100	106	106	107	111	109	106	112	120	137
De 20 a 99	100	105	105	106	103	100	97	102	105	113
De 100 a 499	100	103	105	106	101	102	98	103	103	107
De 500 a 999	100	104	108	106	99	107	97	103	103	93
1000 ou mais	100	106	110	109	109	106	99	99	100	105
Total	100	105	107	107	105	105	99	103	105	110

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais. Apud: Guimarães Neto, 1999

**Tabela 13 – Nordeste: Remuneração Média Relativa das Pessoas Ocupadas Segundo Tamanho dos Estabelecimentos – 1986-95**

Tamanho	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
De 0 a 4	50	42	44	45	39	37	50	46	41	45
De 5 a 19	74	66	70	78	74	75	85	80	72	71
De 20 a 99	93	87	92	101	99	103	107	105	92	96
De 100 a 499	93	88	87	96	93	92	105	100	117	102
De 500 a 999	96	93	94	104	98	91	95	91	115	100
1000 ou mais	120	129	126	111	118	121	106	113	104	119
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho – Rais Apud: Guimarães Neto, 1999.

**Tabela 14 - Regiões Metropolitanas Recife, Salvador, São Paulo e Total das Áreas: Taxa de Desemprego Aberto – 30 Dias – 1991-2001**

Áreas	Dez 1991	Dez 1993	Dez 1995	Dez 1997	Dez 1999	Dez 2001
Recife	5,41	6,87	4,86	5,57	7,16	6,97
Salvador	5,45	6,46	6,74	8,39	10,18	9,11
São Paulo	5,63	5,23	5,82	5,98	7,37	6,81
Total	4,60	4,95	4,95	5,53	7,10	6,42

Fonte: IBGE Pesquisa Mensal de Emprego - (www.ibge.gov.br)

Uma observação a mais sobre a pior condição relativa do emprego no Nordeste pode ser derivada dos dados da Tabela 15: entre 1991 e 2001 constata-se perda mais pronunciada, nas regiões metropolitanas do Nordeste, dos rendimentos médios do trabalho quando comparados com a média do total das regiões pesquisadas pelo IBGE na PME.

Em síntese: os movimentos observados no mercado de trabalho nordestino estão apontando para a crescente informalização ou precarização das relações de trabalho, ao lado da crescente absorção de emprego nos estabelecimentos micro e pequenos onde prevalecem a menor remuneração e maior instabilidade no emprego, além da tendência de elevação desproporcional, em relação ao resto do país, da taxa de desemprego. Esses são, portanto, fenômenos nada auspiciosos, que devem merecer atenção prioritária dos formuladores de política tanto das políticas macroeconômica quanto das políticas mais voltadas diretamente para o emprego urbano ou rural. Na origem dessas mudanças estão, conforme visto, os requerimentos tecnológicos e organizacionais do paradigma da globalização, ao lado do medíocre crescimento econômico, que vem pre-

valecendo há cerca de duas décadas em vista da adoção de políticas macroeconômicas restritivas, cujos juros elevados, principalmente, têm estrangulado o investimento produtivo.

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto acima, a economia do Nordeste nos últimos anos vem reduzindo sua dinâmica de crescimento, embora em sintonia com a estagnação na economia brasileira como um todo. No caso do Nordeste, chama a atenção a tendência de perda de dinamismo na indústria de transformação e a maior importância do segmento de construção e do setor terciário como fontes de crescimento. Tais tendências, diga-se, são observadas na maioria dos estados nordestinos, embora em alguns deles a indústria de transformação ainda surja com algum destaque, exatamente no Ceará e no Rio Grande do Norte que vêm apresentando maiores taxas de crescimento no conjunto da região. Isso mostra a ainda importante força das atividades industriais como geradoras de impulsos dinâmicos e de capacidade de encadeamento de atividades produtivas. Os dados relativos aos estados, por sua vez, mos-

**Tabela 15 – Regiões Metropolitanas: % do Rendimento Médio Nominal do Trabalho Principal das Pessoas Ocupadas de 15 Anos e Mais em Relação à Média do Total das Áreas –1991, 1995 e 2001**

Áreas	Dez 1991	Dez 1995	Dez 2001
Recife	72,02	53,88	64,79
Salvador	77,31	55,25	59,17
Belo Horizonte	91,47	89,48	86,19
Rio de Janeiro	82,22	87,83	94,92
São Paulo	122,85	126,17	120,31
Porto Alegre	88,13	92,00	91,51

**Fonte dos dados básicos:** IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego – Elaboração do autor

tram um comportamento semelhante de segmentos dinâmicos (construção e comunicações) ou em declínio (indústria de transformação, comércio) e assim indicam a gradativa perda de especificidades sub-regionais em termos de fontes de impulsos dinâmicos no Nordeste.

Por outro lado, vimos também que o setor exportador nordestino continua apresentando uma performance bastante acanhada, o que em parte decorre do modelo percorrido pela industrialização nordestina, no qual é grande a participação da indústria de bens intermediários fornecidos ao parque industrial do Sul/Sudeste, estando assim carente de maiores atenções por parte das políticas regionais e setoriais, embora no todo apresente um maior peso de exportações de produtos industrializados.

Finalmente, vale enfatizar as implicações negativas observadas nos últimos anos sobre o mercado de trabalho, o qual vem apresentando maior exposição à informalidade com precarização um tanto evidente das relações assalariadas e mesmo com a tendência de expansão do desemprego aberto acima da observada em outras regiões brasileiras. Em suma: em que pese as taxas médias de crescimento do Nordeste ainda tenham superado, nos anos 1990, a média nacional, o quadro geral é preocupante, pois as mesmas deveriam estar acima dessa média, se o objetivo é a redução das desigualdades regionais, exigindo atenção prioritária para que os avanços observados na estrutura produtiva ao longo dos anos 1970 e 1980 não venham a ser revertidos substancialmente nesse

novo contexto de economia aberta e sujeito a um papel mais discreto do Estado.

### **Agradecimentos**

O autor agradece ao Prof. Fred Katz e aos pareceristas anônimos da REN, cujos comentários e sugestões muito ajudaram no aperfeiçoamento deste artigo.

### **Abstract**

This paper intends to study the evolution of the behavior in the economy of the Northeast along the years 1990 analyzing the sections and segments of economy so much in macroregional level as in state level. Besides, it tries to evaluate the effects of those transformations on the exports and on the job market, focusing the main tendencies here detected of the employment and of the wages. Reduction is verified in the growth dynamics, although in syntony with the stagnation in the Brazilian economy. In Northeast, the manufacturing industry loses dynamism and the building sector together with services gain importance as sources of growth. These tendencies are also observed, in general, in Northeastern states, although in Ceará and in Rio G. do Norte the manufacturing industry still shows some dynamism. The exports in Northeast have not exhibited a good performance and demands attention from policy makers in order to improve this possible source of dynamism. At last, it was observed that the labour market has deteriorated its standards in terms of legal protection, wage levels and has also showed significant increase in unemployment rates.

## **Key words:**

---

Brazilian Northeast, Economic evolution, Labour Market, Exports.

## **REFERÊNCIAS**

AMADEO, E., et al. Ajuste empresarial, empregos e terceirização. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 16, n.1, p. 21-36, 1996.

ARAÚJO, Tânia B. de. Herança de Diferenciação e Futuro de Fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP/IEA, n. 29, p. 7-36, 1997.

CANUTO, Otaviano. A Nova Dinâmica Regional Brasileira. In: SILVA, Nilton P. e LEE, Hansen D. (Orgs.), **Economia Regional e Outros Ensaio**s. Aracaju: Editora UFS, 2001,

COSTA, Mônica V. A. da. **Evolução, Especialização e Desempenho das Exportações Brasileiras por Região: 1990-2000**. João Pessoa: UFPB/Pós Graduação em Economia, 2003. (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Adriano B. Em Tempos de Sudene: Ouvidos e Olvidos. In: LIMA, J. Policarpo (Org.). **Economia e Região. Nordeste e Economia Regional**: Ensaio. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999. p. 15-39.

DINIZ, C.C. e CROCCO, M. A. Reestruturação Produtiva e Novos Distritos Industriais no Brasil: O Novo Mapa da Indústria Brasileira, In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2, *Anais...* Rio de Janeiro: IEI/ UFRJ, 1995.

DINIZ, C.C. **Competitividade Industrial e Desenvolvimento Regional no Brasil, Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: MCT/FINEP/PADCT, 1993.

GALVÃO, Olímpio J. de A. Globalização, Mudanças Tecnológicas e Emprego: um Estudo

de Caso para a Indústria de Calçados no Brasil e no Nordeste. In: ARAÚJO, Tarcísio P. e LIMA, Roberto A. de (Orgs.). **Ensaio sobre Mercado de Trabalho e Políticas de Emprego**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

GOMORY, R. E. e BAUMOL, W. J. **Global Trade and Conflicting National Interests**. Cambridge: The MIT Press, 2000,

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades Regionais e Federalismo. In: R.B.A, Affonso e Silva, P.L. (Orgs.). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/ UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

\_\_\_\_\_. **As Grandes Tendências da Economia e do Mercado de Trabalho no Nordeste nas Duas Últimas Décadas**, Recife: SUDENE/DIEESE, 1999. (Mimeo).

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em:

KATZ, F. J. et al. **Mercosul: Mudanças Necessárias**. Recife: UNICAP, 2002. (Coleção NEAL, 5)

LIMA, J. P. A Abertura Comercial, Rebatimentos Regionais e o Planejamento: O Nordeste em Realce. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 16, n. 29, p. 47-66, mar. 1988.

LIMA, J.P. e KATZ, F. Comércio Externo e Estratégias de Crescimento: Uma Visão a Partir do Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, *Anais...* Recife: ANPEC, 1997.

MÖLLER, Horst D. e IRMÃO, José F. Desemprego e Precarização das Relações de Trabalho no Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio P. e

LIMA, Roberto A. de (Orgs.). **Ensaio sobre Mercado de Trabalho e Políticas de Emprego**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

PACHECO, Carlos A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP, 1998.

TEIXEIRA CAVALCANTE, Luiz R. M. Produção Teórica em Economia Regional: uma Proposta de Sistematização. In: VII ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 7, *Anais...* Fortaleza: ANPEC/BN 2002,

SABÓIA, João. **A Indústria de Transformação e Extrativa Mineral na Região Nordeste: um Retrato da Década de 1990 a Partir dos Dados da RAIS**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993 a.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 11, n. 19, p. 29-59, mar. 1993.

SUDENE. **Boletim Conjuntural**. Recife, ago. 1999.

\_\_\_\_\_. **Boletim Conjuntural**. Recife, ago. 2000.

\_\_\_\_\_.  
Recebido para publicação em 28.JAN.2004.